

**CIEPS: REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM MEIO ÀS AÇÕES
NEOLIBERAIS**

*CIEPS: A REFERENCE FOR INTEGRAL AMIDST IN THE MIDDLE OF NEOLIBERAL
ACTIONS*

*CIEPS: UN REFERENTE DE EDUCACIÓN INTEGRAL EN MEDIO DE LAS
ACCIONES NEOLIBERALES*

Marcos Antonio Macedo das CHAGAS¹

RESUMO: O trabalho apresenta uma reflexão sobre a educação de tempo integral implantada nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), no Rio de Janeiro – escolas organizadas em dois mandatos de Leonel Brizola, entre os anos 1980 e 1990, à frente do governo fluminense. No desenvolvimento do texto retomamos a proposta de escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos e todas. Destaca-se o pensamento educacional de Darcy Ribeiro e a influência de Anísio Teixeira nos ideais darwinianos de escola de horário e conteúdos ampliados. Atentos ao ingresso na terceira década do século XXI, temos como objetivo dialogar com as questões complexas da atual educação brasileira em seus aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Momento em que o ensino, influenciado pelos interesses neoliberais, passa por profundas transformações. Concluímos que o projeto CIEPS, em seus erros e acertos, torna-

¹ Doutor em Educação, titulado em 2012 e Pós-Doutor em História, certificado em 2015; ambos concluídos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Pedagogia e pós-graduação lato sensu, em Docência Universitária, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); atuou profissionalmente como Professor de Ensino Superior FAETEC - titulado por concurso público estadual, lotado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) [Email: marcos.chagas@yahoo.com.br](mailto:marcos.chagas@yahoo.com.br) ORCID:

se importante referência no debate brasileiro sobre educação popular, como espaço qualitativamente integral, em sociedade que se pretenda democrática.

Palavras-chave: CIEPS. Darcy Ribeiro. Anísio Teixeira. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

No desenvolvimento do artigo, entendendo a educação vinculada aos aspectos políticos, econômicos e sociais – cabe observar como categoria central o *neoliberalismo*². Teoria de economia política surgida no Brasil, concomitantemente à iniciação dos CIEPS. De modo geral, o neoliberalismo tem como prática a desmobilização do Estado em suas funções públicas de atendimento social. Ou seja, “sai o Estado e entra o mercado” (Ghiraldelli Júnior, n.p., 2021), momento em que a grande burguesia se apropria dos fundos públicos (Fontes, 2022). Questão dramática, no caso brasileiro, por desvincular o Estado do compromisso constitucional com a base educacional de todos os cidadãos e cidadãs dependentes das instituições públicas de ensino, desde as mais tenras idades, também precarizando serviços fundamentais à população. Situação que afeta – radicalmente – a dignidade humana. Importante frisar que se o neoliberalismo não está na causa dos problemas educacionais brasileiros, sem dúvida suas linhas aprofundam as mazelas existentes (Basso; Neto, 2014).

Em nossa inflexão buscamos entender como as forças comprometidas com o neoliberalismo criam entraves à qualidade da educação pública e, de modo específico, como avançar nos debates em favor da escola de conteúdos ampliados em tempo integral. Nesse viés, trouxemos à baila os CIEPS – criados por Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro.

² Embora discussões de pouco consenso sobre o termo existam mundialmente, desde a década de 1930/1940, a ação neoliberal se efetivou na América do Sul – como política socioeconômica de Estado – a partir das reformas de Pinochet, no Chile, em 1973 (ANDRADE, 2018). Perry Anderson (1995) vê o neoliberalismo ganhar forma na Inglaterra e Estados Unidos, com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, após as chegadas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao poder, nos anos 1979 e 1981, respectivamente. No Brasil as práticas neoliberais tomaram impulso com a eleição de Collor à presidência em 1989 (Maciel, 2011). Virgínia Fontes (2022) prefere como termos substitutos: globalismo ou capital-imperialismo. Assim, a denominação neoliberalismo seria uma espécie de *etiqueta* que nem sempre facilita análises, encobrendo características históricas do capitalismo e do imperialismo. Todavia, a professora reconhece a crescente influência dos Aparelhos Privados de Hegemonia burguesa no controle do Estado brasileiro da atualidade.

Proposta que teve vigência, entre os anos 1980/1990, em dois mandatos alternados (1983-1986 e 1991-1994) do então governador fluminense Leonel de Moura Brizola. No texto retomamos o que foram estes Centros – organizados como escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos e todas³. Destaca-se, em nossa escrita, a influência de Anísio Teixeira (2007) nas ações educacionais de Darcy Ribeiro, referendadas nas obras, (1995; 1986; 1984; s.d.), como arcabouço da escola de horário integral.

Ao ingressarmos na terceira década do século XXI, vemos surgir novas complexidades aprofundando contradições históricas e sociais que tencionam a educação brasileira. Momento em que o ensino, acossado pelo neoliberalismo, passa por transformações (Laval, 2019a; 2019b). Concluimos que o projeto CIEPS, em seus erros e acertos, sinaliza importante marco no debate brasileiro sobre a educação popular em sociedade que se pretenda democrática. Sem igualdade de acesso ao ensino e à riqueza produzida no país a democracia será permanentemente falaciosa.

Anos depois da implantação dos CIEPS no Rio de Janeiro, após o fim do segundo governo Brizola (1994), o projeto darciniano dos Centros Integrados de Educação Pública seria afetado na originalidade, apenas restando os esforços de direções escolares na persecução da proposta, e as linhas arquitetônicas de Oscar Niemeyer. No cenário nacional, entre os anos 1983/2000, o modelo dos CIEPS seria implantado em algumas cidades. Entre estas, registram-se os municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste, em São Paulo (Carlini, 2012). Ações educacionais nacionalmente similares tentariam reavivar o ideal de Darcy Ribeiro, como o *Programa Mais Educação*⁴, sem a mesma ideia-força que orientou os CIEPS-RJ.

³ Observamos que os CIEPS, conforme Ribeiro (1986), devido à sua proposta pedagógica diversificada, com carga horária qualitativamente ampliada, se inscreveria em termos atuais, como *educação integral em escola de tempo integral*. A cada chacina ocorrida, entre tantas Brasil afora, como a da Vila Cruzeiro em 24/05/2022, no Rio de Janeiro, com mais de 20 mortos e quase uma dezena de feridos, aumenta a sensação que se torna urgentíssima uma educação pública nos moldes dos CIEPS. A questão é em que medida a oferta de educação de tempo ampliado, organizada pelo Estado, sobre realidades com histórico de violência, contribuiria para outras possibilidades de vida? Educação não é antídoto contra tudo, mas negada ou oferecida de modo insuficiente impede a consciência da miséria humana das pessoas desamparadas pelo Estado – o ser consciente transforma.

⁴ O programa “Mais Educação” se constituiu pelo Decreto nº 7.083/2010 do governo federal, dando origem, no Rio de Janeiro, à Lei Municipal do Turno Único – nº 5.225, de 5 de novembro de 2010 (RIO DE JANEIRO, RJ, 2010; PALMEIRA, 2016). Programa que, em meio aos interesses políticos diversos,

Para a desmobilização dos Centros Integrados de Educação Pública – RJ, várias questões solaparam a matriz inicial: corte financeiro, erro na comunicação pública⁵, enraizamento do turno único, desinteresse político pela educação de tempo integral, cisão administrativa entre o estado e o município do Rio de Janeiro etc. O esgarçamento dos recursos públicos se tornou tão presente na educação que os atuais CIEPS dividem-se entre tarefas de ensino e assistencialismo⁶. Assim também o é em quase toda a rede regular fluminense, seja municipal ou estadual (Coelho; Cavaliere, 2003).

No Brasil, grupos neoliberais, desde o final dos anos 1980, têm se utilizado do Estado para seus próprios benefícios (Laval, 2019a; 2019b), com enorme reverberação no século atual. Destacamos que, entre 2018 e 2022, os esforços e recursos federais na Educação Básica se dirigiram prioritariamente ao desenvolvimento das escolas militarizadas⁷ e a educação domiciliar (*homeschooling*). Ambos os modelos foram registrados nos documentos oficiais do Estado federativo brasileiro, da seguinte forma:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, resolve: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a execução da certificação das unidades escolares do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, que compreende a mensuração e a verificação do modelo cívico-militar (Brasil, 2021, p.56, grifos nossos).

funcionou até 2016, dando origem ao “Novo Mais Educação”. Este, substituindo o anterior, será criticado por estender a jornada escolar sem proporcionar melhoria qualitativa dos conteúdos (MOLL, 2017).

⁵ A estratégia de divulgação na mídia induzia a população entender que os CIEPS funcionavam como reformatório de menores infratores (Coelho; Cavaliere, 2003). O que, pela relevância da situação, em sociedade discriminatória como a nossa, cria enormes efeitos de rejeição. Crianças e jovens quando identificados como infratores não precisam de “reformatórios”, mas de políticas que estimulem redes de proteção diferenciadas às humanidades negadas de cada grupo (Saraiva, 2014).

⁶ O termo mostra a escola responsável por tarefas sociais e familiares, independentemente de orientação pedagógica especializada, muitas vezes relegando o ensino a segundo plano – “vício” do poder público que ajuda a mascarar questões conjunturais não atacadas na origem. O assistencialismo induz ao populismo político.

⁷ Analisando o “projeto-piloto” da ocasião verificou-se que em 2022 o MEC destinou “R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas”, ao mesmo tempo teria de repassar “R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. Os outros R\$ 26 milhões [iriam] para o governo local aplicar nas infraestruturas das unidades com materiais escolares e pequenas reformas — nestas escolas, atuação policiais e bombeiros militares” (Brasil, 2020, grifos nossos). Em tais instituições a ideologia militar, à parte de um currículo multiculturalmente crítico, pressupõe adestramento e subalternidade do alunado.

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quinta-feira, 19 [de maio de 2022] a votação do projeto de lei que regulamenta a prática da educação domiciliar no Brasil, prevendo a obrigação do poder público de zelar pelo adequado desenvolvimento da aprendizagem do estudante. A matéria será enviada ao Senado (Brasil, 2022, p.1, grifos nossos).

Nas linhas e entrelinhas acima percebemos que, a cada mudança de governo, decisões vinculadas à educação brasileira sofrem profundas alterações. Exibindo maiores reflexos sobre a escola pública já afetada na qualidade de atendimento. Ainda mais precarizadas a partir de 2018, as políticas públicas de curto prazo se mostram distantes das reais necessidades das camadas populares – os interesse se voltam para pautas privatistas, embasadas no poder da classe dominante alinhada ao mercado. Haja vista, que qualquer dotação orçamentária para a escola pública visando melhorias de estrutura e conteúdo didático depende da disponibilidade financeira, sob a lógica capitalista do custo-benefício”. Em muitos casos, enfrentando dramáticos cortes orçamentários⁸. Fato que provoca o deslocamento de rubricas conforme o desejo político de ocasião.

No Brasil, devido à pobreza artificialmente criada pela economia neoliberal, os pobres são tidos como financeiramente onerosos. Vemos a questão de outro modo – a pobreza “fabricada”, além de indigna, impede o desenvolvimento do país. “A grande pobreza gera imensos custos. Sai mais barato acabar com a miséria e dar oportunidades às pessoas” (Dowbor, 2021, n.p.). Criticamente, a partir do espaço democrático disputado por movimentos sociais, sobretudo estudantis⁹, urge reverter as vantagens oferecidas ao sistema financeiro priorizando socialmente todos, todas, todes.

⁸ No informativo da ANDES (25/01/2022), sob o título: *Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento 2022*, verificamos que: “O Ministério da Educação (MEC) sofreu um corte de R\$ 736,3 milhões em 2022. Com isso, o orçamento ficou em R\$ 137,9 bilhões para [2023]. Trata-se da segunda pasta mais afetada, atrás apenas do Ministério do Trabalho e Previdência, com veto de R\$ 1 bilhão” (Disponível em: [zhttps://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-20221](https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-20221). Acessado em: 25/05/2022). Ainda na linha contrária, o governo Bolsonaro, em 27 de maio de 2022, como registrou a ANDIFES, impôs corte de 1 bilhão de reais nos já desgastados orçamentos das universidades e institutos federais (Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=92864>. Acessado em: 01/06/2022).

⁹ Sobre o assunto consultar (Corrêa; Silva, 2022).

Com o fito de refletir sobre a memória da educação integral em tempo integral, se torna importante compreender ações complementares desenvolvidas materialmente entre Anísio Teixeira (Escola parque-Escola classe) e Darcy Ribeiro (CIEPS). Pois, “em todo o mundo se considera que cinco a seis horas de atenção direta e continuada do aluno por seu professor é a jornada mínima admissível. Isto é o que a criança chinesa, canadense ou francesa necessita como mínimo para aprender a ler, escrever e contar” (Ribeiro, 1984, p.52). Quase 40 anos depois desta afirmação a escola de turnos ainda é realidade entre nós. Castro (2021) constata que, embora legalmente conste em nosso calendário escolar a exigência de 200 dias letivos de frequência, alunos e alunas desperdiçam mais horas escolares.

Ante a relação segmentada de turnos Lígia Coelho (2009a) nos apresenta outra realidade escolar para o século XXI, a partir das experiências iniciadas em Apucarana (PR) e Juiz de Fora (MG), ressaltando que o fazer pedagógico de atividades diversificadas:

[...] contribui para com a implantação de uma formação mais completa e integrada, não fragmentada. Obviamente essas atividades podem acontecer dentro da escola ou fora dela, em outros espaços educativos, desde que haja uma intencionalidade formativo-educativa consubstanciada em planejamento(s) docente(s), em encontros coletivos de professores ou, ainda, no projeto político-pedagógico da instituição. É dentro dessa linha que se situam os projetos que estão sendo implementados nos municípios de Juiz de Fora/MG e de Apucarana/PR (p. 94).

Para que a educação integral em tempo integral se torne efetiva, utilizando-se do exemplo acima, é necessário como *totalidade* que consideremos os seguintes pontos: a) a participação do coletivo da escola; b) o planejamento político-pedagógico (levando em conta os saberes da cultura local); c) a formação docente (ampla, especializada e crítica). Evitando *fragmentações* em processos complexos quando estes são simplificados. Todavia, o comprometimento orçamentário do Estado em seus diversos níveis de governo é fator primordial para o êxito do projeto integrado de ensino.

Em meio à guinada neoliberal – intensificada por Reagan e Thatcher, nos anos 1979/1981 (Anderson, 1995) – os CIEPS surgiram no Brasil. Entretanto, conduzidos

pelas mãos de políticos identificados com o trabalhismo histórico, permanentemente premido por tensões o projeto seria acusado de populista e oneroso aos cofres públicos. Cético, Darcy Ribeiro se pronunciaria:

A rica direita brasileira, desde sempre no poder, sempre soube dar, aqui ou lá fora, a melhor educação a seus filhos. Aos pobres dava a caridade educativa mais barata que pudesse, indiferente à sua qualidade (Ribeiro, 1995, p.11). O importante é que os conjuntos arquitetônicos dos CIEPS, criados por Oscar Niemeyer, funcionam maravilhosamente para atender aos requisitos fundamentais da educação popular. Acresce que, como são produzidos industrialmente, seu custo é até menor que o das construções comuns de boa qualidade (Ribeiro, 1995, p. 19).

A resposta demonstra uma atitude contrária ao elitismo nacional. Historicamente percebe-se que a perversa omissão política brasileira tem incentivado o assistencialismo e como consequência o populismo burguês. Entre nós predomina a falsa ira de supostos políticos como se fosse “oposição democrática”. Mera cilada, políticas públicas de qualidade representam aspectos fundamentais para que sejamos uma nação próspera e igualitária.

Importante mencionar: “[...] o Plano Especial de Educação, estruturado por Darcy Ribeiro, que era vice-governador, tinha recursos de mais de 400 milhões de dólares.” (CIEPS COMPLETAM 30 ANOS, 2015, n.p.). Entendemos que um país como o nosso, carente de recursos públicos na Educação Básica, torna-se necessariamente dispendioso. Darcy, em seu compromisso público, defendia uma correspondência de gastos semelhantes aos dos melhores colégios particulares brasileiros. Contaminados pela visão mercadológica, associamos indistintamente o termo “barateamento” a descaso com o gosto estético dos empobrecidos economicamente, desrespeitando o direito aos bens materiais e sociais produzidos – que todos, todas, todes, devem desfrutar dignamente.

O Brasil em 2019 gastava com juros e encargos da dívida pública mais de 800 bilhões (aproximadamente 10% de um Produto Interno Bruto, PIB, calculado em 7,4 trilhões de reais), proporcionalmente isto significa que o governo na ocasião destinava o equivalente a sete dias como valor ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) – a União participava escassamente com 0,02% do PIB (PINTO, 2019). Ou seja, dos 156 bilhões

destinados naquele ano pouco mais de 1,4 bilhão de reais era federal. O Fundeb tradicionalmente se compunha, em total desequilíbrio, por 10% de recursos da União e 90% oriundos de impostos de estados e municípios, inclusive com estes cobrindo os entes insolventes.

Na atualidade, se limitado pelo arcabouço fiscal, como apontam as controvertidas disputas na câmara legislativa federal, as perdas de receitas do Fundeb serão imensas (Basílio, 2023). Os 400 milhões de dólares destinados por Darcy Ribeiro, como mencionado anteriormente, para construir quinhentos CIEPS como era a proposta, frente aos descasos financeiros da atualidade se justificam inteiramente.

Darcy Ribeiro em função do vínculo da proposta dos CIEPS com a base política do Partido Democrático Trabalhista (PDT) frequentemente seria criticado por intelectuais da educação¹⁰. Como resposta ratificava seu trajeto de intelectual independente e a carreira política de Leonel Brizola – prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro – ambos comprometidos com a vida, com a cultura e com a educação da classe popular e trabalhadora. Embora o personalismo de Darcy muitas vezes inibisse as ideias de seus colaboradores.

Os CIEPS, não suportando as tensões dos anos 1980, entrariam em declínio. Fernando Collor¹¹ seria eleito pelo voto direto em 1989, na primeira eleição após a ditadura militar de 1964. De imediato o governante assumiria o discurso neoliberal que, desde então, se enraizaria em nossa vida política e social (Alves, 2004). Não sendo refratário às ideias educacionais de Darcy Ribeiro incorporou-as aos Centros de Atenção

¹⁰ Sobre algumas dessas críticas ver Mignot (2001), Coelho e Cavaliere (2003), Cunha (2012), Moreira e Soares (2019).

¹¹ Collor foi impedido de governar por crime de responsabilidade como amplamente noticiado à época. Esteve no poder entre 1990 e 1992. Vinte e dois anos depois de deixar o cargo de presidente do Brasil, em meio a absolvição de alguns processos e decurso de prazo de outros, Fernando Affonso Collor de Mello foi absolvido (G1/Globo/Jornal Nacional, 24/04/2014). Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/04/stf-absolve-fernando-collor-em-acao-do-periodo-em-que-era-presidente.html>. Acessado em: 29/05/2023. De volta ao cenário político federal, após cumprir dois mandatos parlamentares (2007-2023), o ex-senador Collor foi condenado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 24/05/2023, por crimes cometidos contra a BR Distribuidora. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=507891&ori=1>. Acessado em: 29/05/2023.

Integral à Criança e ao Adolescente (CAICS) – escolas de tempo integral, por falta de continuidade, pouco expressivas naquele governo (Gomes, 2010).

Os adeptos do neoliberalismo assumiriam particularidades mercadológicas cuja lógica de “recompensa” se pauta por fatores meritocráticos, incorporados às políticas educacionais. Acobertando que uma das funções principais da educação formal nesse tipo de prática é “produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz” (Mészáros, 2009, p.45).

IMPACTO NEOLIBERAL EM NOSSAS RELAÇÕES SOCIAIS

Em função da imprescindibilidade crescente do orçamento e da correta distribuição, ausente de privilégios, entendemos ser necessário observar a questão neoliberal como proposta política e econômica de reformulação do Estado que, ao abrir passagem à ação do capital especulativo, permite às empresas remeterem integralmente seus ganhos para fora do Brasil. Ou seja, o que se lucra não retorna para benefício público¹².

Nesse modelo oblitera-se a *grande política* tornando-a *pequena política* (Gramsci, 2022), com vistas a soltar as amarras financeiras da moeda. A principal mercadoria deixa de ser o objeto de consumo e passa a ser o dinheiro inflado por altas taxas de lucratividades¹³. Índices fabricados, como cita Paulani (2009), pela financeirização do capital, diante da flexibilização normativa do Estado em oposição à *res-publica*. Prática que intervém no orçamento público refletindo na conjuntura educacional em favor de interesses particulares. A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM) em 2017, no governo de Michel Temer, é uma constatação da contrarreforma neoliberalizante em favor do ensino profissionalizante de nível Médio

¹² Segundo Virginia Fontes (2023), enquanto o estoque do capital brasileiro em 2022 era de 750 bilhões de reais, o estoque nacional fora de nossas fronteiras estava em 450 bilhões de reais. Mais de 66% do capital da grande burguesia vai para fora do país.

¹³ Sobre o tema pesquisar Marx (2010).

para os pobres, imposta por Aparelhos Privados de Hegemonia nacionais e internacionais (Costa e Silva, 2019).

Este cenário foi montado – voluntária ou involuntariamente – por décadas de descaso contra a pobreza em desfavorecimento do proletariado. Como indica Coutinho (s.d.), aproximando-se do preceito gramsciano, o Brasil sempre que mudou foi com *revoluções pelo alto*, cujo desdobramento jamais encampou as prementes necessidades populares – classe que mais precisa de escola pública de qualidade.

Mesmo com a *reabertura democrática* dos anos 1980, o que se viu no decorrer do processo foi o predomínio de medidas pragmáticas em que políticas públicas, embora tenham permitido algumas conquistas, foram se vinculando às diretrizes neoliberais. Tais fatores, gradativamente, vão obstruindo a educação como possibilidade emancipatória repercutindo em favor da visão funcionalista e economicista (Mészáros, 2009).

A ênfase nos projetos de inclusão tecnológica passou a proliferar no campo educacional ocultando o caráter meramente tecnicista de suas fórmulas (Frigotto, 2007). A influência do capitalismo, sobre o campo do conhecimento, fez sucumbir os referenciais éticos e políticos produzindo incertezas e alterando a finalidade do ensino público. Ainda assim, predomina no Brasil discurso favorável à educação tecnológica de pouca repercussão qualitativa na prática.

Dois aspectos particulares sobressaem em nossa educação na atualidade: um no *fetichismo* do ensino tecnológico como solução via mercado profissional desregulamentado e outro, consequência do primeiro, *subordinado* à “uberização” econômica do trabalho e do trabalhador – em um mundo de tarefas “virtualizadas” e mal remuneradas¹⁴. Se os proprietários, como demonstra Ghiraldelli Júnior (2021), por força do desinteresse produtivo em prol do “capitalismo sociedade anônima” buscam o rentismo e não mais o interesse na empregabilidade, pouco importa a formação profissional incentivada pelo neotecnicismo¹⁵ educacional.

¹⁴ Ver Ricardo Antunes, “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0”. São Paulo: Boitempo, 2020.

¹⁵ Sobre o *neotecnicismo* ver Saviani (2019).

Esses dois elementos – *fetichismo* e *subordinação* – se firmam em nosso imaginário educacional e social como ideologia economicista, ao mesmo tempo salvacionista, de formação para o mercado. Logro, racionalmente apresentado, como regra moral do século XXI que se não for regamente seguido, ante a “crise” capitalista de nova ordem, todos sucumbirão. Fantasmagoria configurando permanente “moenda” de gente. A escola pública submetida ao *fetichismo* e *subordinação* é a primeira instituição a ser afetada na autonomia de suas propostas (Sodré, 2012).

Segundo reflexão desenvolvida por Frigotto (2004), apoiada na ideia de sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento, temos a falsa noção de superação da estrutura de classes, e, este falseamento barra novas formas de organização da vida. Fatores que contribuem para o desespero de imensa parte dos seres humanos, pois já não conseguem sequer satisfazer necessidades primárias.

A pandemia da Covid-19, com centenas de milhares de mortos e desamparados, intensificou o drama nacional¹⁶. “As circunstâncias geradas pela pandemia, no ambiente escolar, colocaram em relevo as aguçadas desigualdades que representam a marca da sociedade brasileira [...]” (IPEA, 2021, p.3). Trabalho e educação, sob esta ótica conflitiva, são constituídos como “produtos” supra-humanos – os pobres são excluídos de direitos vitais. “O fracasso brasileiro na educação [...] é o talento espantosamente coerente de uma classe dominante deformada, que condena seu povo ao atraso e a penúria para manter intocada, a continuidade de sua dominação hegemônica” (Ribeiro, 1986, p. 98).

Décadas depois da observação de Darcy, reproduzida acima, o sofrimento dessa gente desescolarizada e empobrecida se tornou inescrupulosamente absurdo; meninos e meninas afastados da escola, por ter que ajudar os pais na renda familiar, se ocupam de tarefas precarizadas e muitas vezes desumanas¹⁷. Cérebros comprometidos para sempre.

¹⁶ Segundo a UNICEF (2021), 2,1 milhões de alunos e alunas foram reprovados no Brasil e mais de 6 milhões estavam defasados em idade e série.

¹⁷ Ainda que o “Bolsa Família” procure corrigir distorções, a busca por renda no trabalho infantil continua elevada. O PNAD/IBGE (2019), considerando um total aproximado de 38,3 milhões de pessoas, na faixa de 5 a 17 anos de idade, aponta que mais ou menos 5,6 milhões de meninos e meninas realizam alguma “atividade econômica ou de autoconsumo”. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf. Acessado em: 25/05/2023.

Diante de tal panorama, projetos como o dos CIEPS – de metodologias e horário qualitativamente ampliados – são poucos rediscutidos e revisados em sua totalidade.

No fulcro da questão, considerando a frequente preocupação existente entre os educadores brasileiros, torna-se incômoda à construção de “novas” propostas educacionais sem considerar o passado em permanente articulação com o presente – “[...] no dizer gramsciano o novo nasce do velho. O novo que nasce do nada não é real, é pura fantasia” (Faria, 2017, p. 99). Portanto, o *novo* depende do referencial histórico no tempo vivido.

A ansiedade pelo “ineditismo”, característica assente no neoliberalismo, envolvendo os mais variados debates escolares no Brasil, parece nos afastar do real experienciado ao longo da história educacional. Fato que tende a se confirmar quando discutimos alternativas ao modelo escolar brasileiro, sem levar em conta o que entre idas e vindas representaram os CIEPS, como educação em tempo integral dirigida às classes menos abastadas da sociedade. Nesse aspecto, há que se destacar a percepção histórico-social de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – dois destacados intelectuais na elaboração da Escola Parque/Escola Classe e dos CIEPS assumindo propostas favoráveis à liberdade e autonomia dos educandos e educandas.

CIEPS E O INTUITO DEMOCRÁTICO PELA EDUCAÇÃO

Na permanente discussão sobre a escola de tempo integral o tema CIEPS, quatro décadas depois, parece fazer parte de um “vai e vem”, às vezes surgindo como referência para imediatamente submergir açoitado por críticas pouco dialéticas – ainda que assertivas. Questões proponentes à educação integral, a partir das escolas darcinianas, devem conter uma postura ativa que pondere sobre a ideia-força do projeto no intuito de ultrapassar impasses reais (Portilho, 2006).

Observa-se que a duração dos CIEPS, no estado do Rio de Janeiro, em sua pedagogia original seria curta e atribulada. Ocorrendo em duas fases do governo Brizola, o Programa Especial de Educação (PEE I e II), 1983-1986 e 1991-1994, ponta de lança da organização dos Centros escolares de Darcy Ribeiro, seria instantaneamente

interrompido pela administração pemedebista de Moreira Franco, governador entre 1987-1991.

Brizola retornaria ao governo do Rio de Janeiro em 1991, e, em 1994 renunciaria para se candidatar à presidência da República dando posse ao vice Nilo Batista. A eleição presidencial neste ano seria vencida por Fernando Henrique Cardoso; no estado fluminense Marcello Alencar se tornaria governador – ambos pertencentes ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Por comprometimento programático Alencar, definitivamente, abandonaria o projeto CIEPS que outrora no PDT havia aderido.

Quando identificamos um período de seis anos, em dois mandatos alternados de Leonel Brizola, entre as forças que estavam contagiadas por um sentimento construtivo de mudança na educação, através dos CIEPS, talvez estejamos sendo pouco precisos, pois parte desse período foi de construção das escolas e outro tanto para avançar e recuperar o que antes fora desarticulado após o primeiro governo pedetista. Objetivamente, foram apenas três anos de efetiva experiência. Ainda assim, na totalidade de dois mandatos, seriam construídos 506 Centros Integrados de Educação Pública. Embora, em boa parte deles, a pedagogia pensada por Darcy Ribeiro não tenha sido implantada em toda extensão.

Compreende-se que a interrupção de um segundo mandato consecutivo de orientação pedetista tenha sido determinante para, politicamente, desmobilizar as escolas que atendiam ao projeto de *Educação popular*¹⁸. Em seus registros, no ano de 1991, a professora Lia Faria, coordenadora responsável pela gestão político-pedagógica da proposta, mencionaria: “Os CIEPS representaram a principal estratégia de Governo do Rio de Janeiro (1983-1987) na concretização de uma política educacional desenvolvida dentro do seu sistema escolar voltada prioritariamente para os interesses das classes populares” (Faria, 1991, p. 35). Mesmo com a volta da direção brizolista ao governo no ano de 1991, não haveria mais tempo de recuperar a base que havia nascido em 1983.

Em meio ao debate sobre a reconstrução da relação ensino-aprendizagem, presente na reflexão de educadores e educadoras quando reivindicam condições honestas

¹⁸ Segundo Maurício (2009), Moreira Franco governador do Rio de Janeiro, entre 1987 e 1991, retirou as verbas destinadas aos CIEPS, comprometendo definitivamente a proposta.

na educação para o século atual, há que se desviar de ineditismos esvaziados de historicidade. Nesse sentido, provavelmente os Centros Integrados de Educação Pública indiquem horizontes para o século XXI.

Se a proposta dos CIEPS teve como mentor Darcy Ribeiro, este pensador mineiro não ocultou que seu inspirador fora Anísio Teixeira. O educador baiano Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja maior preocupação, na metade do século XX, segundo Nunes (2002), foi a de organizar a Nação e oferecer ao povo uma cultura capaz de possibilitar a unidade da instrução pública no Brasil. Soma-se a isso, principalmente na atualidade, a exigência de pensar a escola “como máquina que prepara para a democracia” (Teixeira, In: Gois, 2022, n. p.).

A prática de Anísio Teixeira nos desafiaria a perceber que a construção de métodos ainda por testar não representaria simples abandono ao já existente, e, sim a condução de novas perspectivas didáticas. Com esta posição autônoma surpreenderia por pensar mudanças não apenas no modo pedagógico, mas também político – como a inclusão escolar das classes populares que continuavam distantes do acesso à educação. Tal posicionamento seria evidenciado no projeto implantado na Bahia com a Escola Parque/Escola Classe. Dizia Darcy Ribeiro: “Anísio sabia que era impossível melhorar todo o sistema de uma vez, fez um experimento que foi para nossa geração comovedor, que era a Escola Parque da Bahia” (Ribeiro, s.d., n.p.).

Enfim, Darcy confirmaria a admiração por Anísio Teixeira despontando sua crença numa escola pública em tempo integral que pudesse ser exemplo democrático de construção do saber. Ao mesmo tempo trazendo à baila o eterno compromisso que lhe pautou a vida – abraçar a causa educacional aberta à diversidade brasileira como base curricular. Assim se aproximou do ideário anisiano convictamente registrando: “[...] meu filósofo da educação, Anísio Teixeira”, “[...] sou discípulo de Anísio” (Ribeiro, In: Teixeira, 2007, p. 9-13).

Sem a pretensão de fazer um aprofundado estado da arte e, ao mesmo tempo, acentuar a importância da temática, retomamos os estudos de Ribetto e Maurício (2009), a partir de levantamentos colhidos no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sítios das demais instituições universitárias – em 21 anos (1988-2008), no Brasil, foram escritas 43 dissertações e 11 teses sobre a educação de tempo integral.

Dentre os 54 trabalhos elaborados no espaço acadêmico brasileiro, 29 deles seriam registrados no Rio de Janeiro, sendo que entre 20 e a 25, aproximadamente, dedicaram-se ao programa CIEPS de Darcy Ribeiro. As produções, devido ao quantitativo de universidades públicas no estado, foram uma realidade. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surge responsável pela maior parte do tema *Educação integral*. Nesse período de 21 anos, São Paulo apareceria em segundo lugar com 12 produções e Rio Grande do Sul em terceiro com 5 trabalhos, divididos entre CIEPS e outros projetos da área.

Pesquisas após 2008, com o intuito de distinguir o programa CIEPS, sobre o campo da educação popular de tempo integral continuaram em teses, livros e artigos diversos – assinalando a historicidade dos Centros darwinianos em suas múltiplas vertentes – como encontramos nos trabalhos do próprio autor deste texto, a destacar: Xxxxx (ano, ano, ano, ano) e nos registros de Moreira (2020), Genesis (2018), Faria (2011, 2017), Cavaliere (2009), Coelho (2009a; 2009b), Maurício (2009), entre outros.

Os dados quantitativos e qualitativos de teses e dissertações, aqui refletidos, – ainda que em 21 anos constem na proporção aproximada de um trabalho anual – parecem justificar a importância dos CIEPS, nas pesquisas educacionais, como memória às gerações atuais e futuras, ante as demandas exigidas pelo presente século.

Destacamos que as classes altas, financeiramente garantem às crianças da prole integralidade educacional (ensino formal e não formal¹⁹, viagens culturais etc.). Os pobres, desprestigiados economicamente, sem condições de custear ofertas complementares de ensino, demandam uma escola pública com educação integral de qualidade e recursos estatais dignos e justos.

(IN)CONCLUSÕES

Ressaltar a importância da escola pública, laica, gratuita, de qualidade e de tempo integral para todos, todas, todes, foi o que almejamos pontuar neste trabalho. Escolas que possam mesclar atividades educativas, intermediadas pela cultura local, na elaboração do projeto político-pedagógico – com a participação coletiva da comunidade; além de dotação orçamentária planejada a contento pelo poder público, descolada dos interesses do mercado e do politicismo doméstico²⁰ como intuído em outras experiência brasileiras.

Os exemplos temporais de Juiz de Fora (MG) e Apucarana (PR) registrados acima por Coelho (2009a), desde de que não interrompidos por interesses secundários, apresentam possibilidades prospectivas interessantes – diferentes de programas governamentais implantados, sem esforço de continuidade, como o de “Turno Único” mencionado no texto.

Ao fim e ao cabo, nosso artigo teve por objetivo discutir a educação como totalidade, no âmbito dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), no Rio de Janeiro, organizados em dois mandatos do governador Leonel Brizola, entre os anos 1980 e 1990. Dessa forma, procuramos contribuir para o debate em favor da educação pública brasileira, a partir de perspectivas criticamente transformadoras como política concreta

¹⁹ Ver Carolina Catini, *Educação não Formal: história e crítica de uma forma social*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/T9cHypgGYtCzYFYD4ftqdr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 25/06/2023.

²⁰ Sobre o “politicismo” no Brasil, ver o livro: “Coronelismo, enxada e voto” de autoria de Victor Nunes Leal, publicado em 2012 por Companhia das Letras.

de Estado – divergindo de proposições momentâneas – fato que coloca o ensino como objeto encapsulado por interesses privatistas.

A proposta dos CIEPS, reforçada pelas contribuições estatísticas quantitativas e qualitativas de Ribetto e Maurício (2009), nos auxilia no debate sobre a importância da educação popular integral de tempo igualmente integral em uma sociedade que se apresente democrática. O projeto não está imune a críticas, carece destas, mas em seus erros e acertos faz parte da história da educação no Brasil, bem como Darcy Ribeiro seu autor.

CHAGAS, Marcos Antonio Macedo das CIEPS: a reference for integral amidst in the middle of neoliberal actions. *EDUCAÇÃO EM REVISTA*, v. 24, Fluxo Contínuo, 2023, e023012. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2023.v24.e023012>.

Abstract: The paper presents a reflection on full-time education implemented in the Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), in Rio de Janeiro - schools organized during two mandates of Leonel Brizola, between the 1980s and 1990s, at the head of the government of the state of Rio de Janeiro. In the development of the text we resume the proposal of public, lay, free and quality schools for all. The educational thought of Darcy Ribeiro and the influence of Anísio Teixeira in the Darcinian ideals of school with extended hours and contents are highlighted. As we enter the third decade of the 21st century, our goal is to discuss the complex issues of current Brazilian education in its historical, political, economic, and social aspects. At a time when education, influenced by neoliberal interests, is undergoing profound transformations. We conclude that the CIEPS project, with its successes and mistakes, has become an important reference in the Brazilian debate about popular education, as a qualitatively integral space in a society that claims to be democratic.

Keywords: CIEPS. Darcy Ribeiro. Anísio Teixeira. Neoliberalism.

Resumen: El trabajo presenta una reflexión sobre la educación a tiempo completo implantada en los Centros Integrados de Educación Pública (CIEPS), en Río de Janeiro - escuelas organizadas en dos mandatos de Leonel Brizola, entre las décadas de 1980 y 1990, al frente del gobierno

fluminense. En el desarrollo del texto se retoma la propuesta de escuela pública, laica, gratuita y de calidad para todos. Se destaca el pensamiento educativo de Darcy Ribeiro y la influencia de Anísio Teixeira en los ideales darwinianos de ampliación de horarios y contenidos escolares. Conscientes de la entrada en la tercera década del siglo XXI, nos proponemos discutir las complejas cuestiones de la educación brasileña actual en sus aspectos históricos, políticos, económicos y sociales. En un momento en que la educación, influenciada por los intereses neoliberales, pasa por profundas transformaciones. Concluimos que el proyecto CIEPS, en sus errores y aciertos, se convierte en una referencia importante en el debate brasileño sobre la educación popular, como espacio cualitativamente integral en una sociedad que se pretende democrática.

Palabras clave: CIEPS. Darcy Ribeiro. Anísio Teixeira. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

Alves, Gustavo Biasoli. *Discurso e reforma do Estado no governo Collor*. 2004. 322f. Tese (Programa de pós-graduação em ciência política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sader, Pablo Gentili (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Andrade, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. [2019]. *Revista Sociedade e Estado*. Scielo, vol. 34, n. 1, Janeiro/Abril de 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf>. Acessado em: 26/05/2023.

Basílio, Ana Luiza. *Os riscos para a educação caso o Fundeb se mantenha sob as regras do arcabouço fiscal*. Newsletter CartaCapital. [2023]. 01/06/2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-riscos-para-a-educacao-caso-o-fundeb-se-mantenha-sob-as-regras-do-arcabouco-fiscal/>. Acessado em: 27/06/2023.

Basso, Daniela; Neto, Luiz Bezerra. As influências do neoliberalismo na educação brasileira. *Itinerarius Reflectionis*, vol. 1, n. 16. DOI: 10.5216/rir.v1i16.29044. Universidade Federal de Goiás da Regional Jataí: Goiás, GO: primeiro semestre, 2014.

Brandão, Zaia; Mendonça, Ana Waleska (org.). *Uma tradição esquecida: Por que não lemos Anísio Teixeira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2008.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 24/05/2023. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional, Câmara dos deputados. *Câmara aprova projeto que permite a educação dos filhos em casa; proposta vai ao Senado*. Fonte: Agência Câmara de Notícias, 19/05/2022. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado>. Acessado em: 23/05/2022. Brasília, 2022.

_____. Ministério da Educação, Educação Básica. *Escolas cívico-militares: saiba quem são as 54 escolas que receberão o modelo*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>. Acessado em: 27/05/2022. Brasília, 2020.

_____. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. *Diário Oficial da União*.

Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021. Publicado em 29/10/2021. Edição 205. Seção 1. P.56. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acessado em: 23/05/2022. Brasília, 2021.

Carlini, Herb. A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP). Jaqueline Moll (org.). *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre, RS, Penso, 2012.

Castro, Gabriel de Arruda. *Estudantes brasileiros ficam pouco tempo em sala e têm mais horas desperdiçadas*. [2021]. Gazeta do Povo, 16/01/2021. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-brasileiros-ficam-pouco-tempo-mais-horas-desperdicadas/>. Acessado em: 06/07/2023.

Cavaliere, Ana Maria V. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: Lígia M. C. Coelho, Ana Maria Cavaliere (orgs.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

CIEPS COMPLETAM 30 ANOS. 2015. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/criados-por-darcy-ribeiro-cieps-completam-30-anos/>. Acessado em: 10/05/2021.

Coelho, Lígia M. C. História(s) da educação integral. *Em aberto*. Brasília: INEP/MEC. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+integral+e+tempo+integral/798ad55d-4bfe-4305-a255-5da3bd750092?version=1.1> Acessado em: 13/05/2021.

Coelho, Lígia M. C; Cavaliere, Ana Maria. (org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP et al, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009b.

_____. Para onde caminham os CIEPS? Uma análise após 15 anos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, julho de 2003. [2003]. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Desktop/Os%20problemas%20dos%20Cieps.pdf>. Acessado em: 24/05/2023.

Corrêa, Ana Elisa; Silva, Luciana Henrique. In: Dossiê América Latina: Lutas sociais e revoluções. Lutas sociais e pandemias: há esquerda por fora da ordem? *Revista História & Luta de Classes*, março/2022. Paraná: Gráfica Escala, 2022.

Costa e Silva, Francely Priscila. *A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018)*. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Educação. Belo Horizonte, M.G., 2019.

Coutinho, Carlos Nelson. *Pensamento social contemporâneo: Brasil na crise atual do capitalismo*. In: O que somos e para onde vamos. 1 DVD. Coordenação: Frigotto, Gaudêncio; Motta, Vânia. Realização: Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Rio de Janeiro: filmagem UERJ; Edição e Autoração: Arissas Multimídia; projeto gráfico: Café Estúdio, s. d.

Cunha, Luiz Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Dowbor, Ladislau. Por uma Pedagogia da Economia – videoaula 15. *Fazendo a sociedade e a economia funcionar*. [2021]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oLGEuHRxkP8>. Acessado em: 18/08/2021.

Faria, Lia. A utopia possível: revisitando os CIEPS do Rio de Janeiro. *Revista Interinstitucional Artes de educar*. Rio de Janeiro. v. 3, n. 2. p. 98-112 (jul/out 2017). Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/31713-104855-3-PB.pdf>. Acessado em: 12/05/2021.

_____. Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense. *Mimeo*, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *CIEP: a utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

Viana Filho, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

Fontes, Virgínia. *O governo Lula é de esquerda?* Youtube/“20 minutos”/Opera Mundi. [2023]. 27/01/2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zeNbt_MEUDc. Acessado em: 25/06/2023.

_____. *Neoliberalismo no Brasil*. [2022]. PROEC/Unifesp: 21/03/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HDVniMIW0nE>. Acessado em: 23/06/2023.

Frigotto, Gaudêncio. A alternativa implica que a sociedade assuma a educação pública. In: *Revista Caros Amigos: “Especial educação”*. São Paulo: Casa Amarela, 2011.

_____. A Relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da Educação Básica. [2007]. *Revista Educação & Sociedade*, vol.28, n.100, p. 1129-1152. Campinas, SP, out. 2007.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: Gomez, Carlos M. et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GENI – UFF. GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS – Universidade Federal Fluminense. *Chacinas policiais*. Rio de Janeiro: maio de 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>. Acessado em: 31/05/2022.

Genuncio, Jenesys. *Mediações e práticas culturais em uma escola de educação integral: o Ciep Avenida dos Desfiles/Passarela do Samba*. 2018. 127f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Centro de Humanidades, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2018.

Ghiraldelli Júnior, Paulo. *Semiocapitalismo*. São Paulo: CEFA Editorial, 2021.

Gois, Antônio. Precisamos mais do que nunca, da máquina que prepara as democracias: a escola pública. *O Globo*, 18/07/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/antonio-gois/post/2022/07/precisamos-mais-do-que-nunca-da-maquina-que-prepara-democracias-escola-publica.ghtml>. Acessado em: 29/08/2022.

Gomes, Candido Alberto. *Darcy Ribeiro*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana (Coleção Educadores), 2010.

Gramsci, Antonio. *Homens ou máquinas?* Escritos de 1916 a 1920. São Paulo, Boitempo, 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação: Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10807/1/BPS_28_educacao.pdf. Acessado em: 30/08/2022.

Laval, Christian. *A escola não é uma empresa*. 2.ed, Revista e Ampliada. São Paulo: Boitempo, 2019a.

_____. *O ataque estratégico do neoliberalismo à educação*. Blog Boitempo, 30/09/2019. (2019b). Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acessado em: 23/11/2022.

Maciel, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFMG*. Ano XIII, n. 11. Dezembro, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>. Acessado em: 26/05/2023.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2010.

Maurício, Lúcia Velloso. Escola pública de horário integral: representações do jornal O Globo. *Educação e Realidade*, v. 34 n. 3, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9527>. Acessado em: 03/06/2021.

_____. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. In: *Cadernos Cenpec*. n. 10. 2006. Disponível em: <http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/173/201>. Acessado em: 12/05/2021.

Mészáros, István. *A educação para além do capital*. 1. reimp. São Paulo, Boitempo, 2009.

Mignot, Ana C. Venancio. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). *Estudos avançados* 15 (42). Ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/cpZF7ynpkrs9HZNDtmYxPhb/?lang=pt>. Acessado em: 24/05/2023.

Moll, Jaqueline. *Entrevista por vídeo à 69ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, 16 a 22/07/2017. (2017). Disponível em: <https://youtu.be/Vqh1qxs2aP0>. Acessado em: 26/05/2023.

Moreira, Luiza Silva. *Dos barracões aos CIEPs: a elaboração da política educacional Brizolista (1983 a 1987)*. 2020. 651f. vols. I e II. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.

Moreira, Luiza Silva; Soares, Antonio Jorge Gonçalves. Entre defesas e críticas aos centros integrados de educação pública. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 30, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i30.21051>. Acessado em: 29/05/2023.

Nunes, Clarice. *Anísio Spínola Teixeira*. In: Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Jader de Medeiros Britto (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Aumentada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ & MEC/INEP/COMPED, 2002.

Palmeira, Renata Guimarães. *Dos CIEPS à Lei do Turno Único: sentidos de educação integral em projetos de tempo integral na escola pública do Rio de Janeiro*. 2016. 157 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Letras, Rio de Janeiro, Niterói, 2016.

Paulani, Leda. *A crise atual do capitalismo mundial e as suas repercussões no Brasil*. Conferência na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (1 DVD), em 11/06/2009.

Pinto, José Marcelino de Rezende. *‘Todos pela Educação’? Ou ‘pelo Mercado’?* [2019]. Newsletter CartaCapital. [2019]. 26/09/2019. Disponível em: <https://cartacapital.com.br/opiniaio/todos-pela-educacao-ou-pelo-mercado/>. Acessado em: 27/06/2023.

Portilho, Danielle Barbosa. *Releitura da concepção de educação integral dos CIEPS: para além das caricaturas ideológicas*. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO), Centro de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2006.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: *uma década de inclusão e cidadania*. Tereza Campello, Marcelo Neri (orgs). Brasília, IPEA, 2014. 87p., gráfs., mapas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – 2014. Disponível em: file:///C:/Users/marco/Desktop/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf. Acessado em: 24/05/2022.

RIBEIRO, Darcy. *Carta’*: fala, reflexões, memórias. Brasília, DF: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro/Gráfica do Senado Federal, n. 15, 1995.

_____. *O Livro dos CIEPS*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

_____. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. In: CIEPS: crítica e autocrítica. *Encontro dos educadores Paulo Freire e Darcy Ribeiro*. (s/d.). 1 DVD – vídeo realizado pela TAO. Imagens colhidas no Hotel Bucksy, Niterói. Promoção: Secretaria Municipal de Educação de Niterói. Direção de vídeo: Edmo de Castro, s.d.

Ribetto, Anelice; Maurício, Lúcia Velloso. Duas décadas de educação em tempo integral; dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. In: Educação integral e tempo integral. Lúcia Velloso Maurício (org.). *Em Aberto*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). v. 22, n. 80. Brasília: 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/512/156>. Acessado em: 02/06/2023.

RIO DE JANEIRO (RJ). Lei [municipal] nº 5.225, de 5 de novembro 2010. RJ., 2010. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/5bc8a6fa147caf4a832577d500523d68?OpenDocument#:~:text=Art.,infantil%20e%20o%20ensino%20fundamental>. Acessado em: 30/05/2022).

Saraiva, João Batista. *Delinquência juvenil: olhares, perspectivas e desafios*. In: Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos. Elionaldo Fernandes Julião, Janáina de Fátima Abdalla, Soraya Sampaio Vergílio (orgs). Rio de Janeiro: Novo Degase, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/Delinquencia%20Juvenil%20Políticas%20Publicas%20e%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acessado em: 30/05/2023.

Saviani, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

Severino, Antônio, J. Fundamentos Ético-Políticos da educação no Brasil de hoje. In: Lúcia M. W. Neves, Júlio C. F. Lima (orgs.). *Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2007.

Sodré, Muniz. *Reinventando a educação, diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Teixeira, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

UNICEF. *Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série*. [2021], p.3. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/wp-content/uploads/2021/01/web_unicef-cultura-fracasso-escolar-vf.pdf>. Acessado em: 12/05/2021. Brasil: janeiro, 2021.

Recebido em: 24/11/2022.

Aprovado em: 24/05/2023.

EDUCAÇÃO EM REVISTA, v. 24, 2023. Fluxo Contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2023.v24.e023012>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License